



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570715 - TO (2020/0080029-7)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS  
VALDEON BATISTA PITALUGA - TO000342  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
**PACIENTE** : LUAN RIBEIRO DIAS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado em benefício de LUAN RIBEIRO DIAS, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins no julgamento do Recurso em Sentido Estrito n. 0035006-80.2019.8.27.0000.

Extrai-se dos autos que a 1ª Vara Criminal da Comarca de Dianópolis/TO rejeitou a representação pela prisão preventiva do paciente, denunciado como incurso no artigo 121, parágrafo 2º, VI, do CP c/c 244-B do ECA (homicídio qualificado e corrupção de menores).

Irresignada, a acusação interpôs RESE perante o Tribunal de origem, o qual deu provimento ao recurso para decretar a prisão preventiva do paciente pela conveniência da instrução probatória e segurança da aplicação da lei penal. Determinada a expedição de mandado de prisão.

No presente *mandamus*, a defesa sustenta que o paciente está submetido a constrangimento ilegal, que se materializa pela falta de fundamentação em elementos concretos que justifique a prisão, pois decretada a prisão preventiva pautada exclusivamente na informação inconsistente de que o paciente encontra-se foragido, bem como na conveniência da instrução probatória e segurança da aplicação da lei penal.

Ressalta as características que são favoráveis ao paciente.

É o relatório. Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik  
Relator